

Um alívio financeiro de US\$ 400 milhões para estados e municípios

por Pedro Cafardo
de São Paulo

A mudança no esquema de rolagem (renovação) da dívida externa dos estados, anunciada após a reunião do Conselho Monetário Nacional de segunda-feira, representará um "alívio financeiro" de US\$ 400 milhões. O alívio, porém, explicou ontem o secretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad, não será sentido nos cofres estaduais, mas sim nos bancos nacionais responsáveis pelo repasse de recursos externos às estatais de São Paulo através dos mecanismos

Resolução nº 63. Se a mudança não fosse feita, o Paulo não teria como pagar o serviço da dívida, que prejudicaria os bancos.

Pelo novo esquema, os juros podem rolar 100% principal e juros vencido no ano passado e também o principal a vencer neste ano, no caso das operações via Resolução nº 63. Somente os juros deste exercício devem ser pagos, o que significa para São Paulo um desembolso de US\$ 205 milhões.

"A decisão foi um passo positivo", disse Sayad, ressaltando que nem tudo está definido nessa questão. A regulamentação do novo esquema, por exemplo, depende ainda de uma resolução formal do Banco Central. Além disso, para que as empresas estatais possam efetivamente se candidatar junto aos bancos para renovar os créditos precisam da autorização expressa da Seplan, coisa que ainda não têm.

Como o "alívio financeiro" será sentido apenas pelos bancos, segundo Sayad, o novo esquema de rolagem em nada melhora a situação dos cofres estaduais. O desembolso de US\$ 205 milhões a título de juros dos empréstimos via Resolução nº 63 será uma "carga muito pesada" para o estado, principalmente porque o serviço da dívida direta com os bancos estrangeiros (Lei nº 4.131) exigirá outros US\$ 900 milhões.

No Sul, retomada de investimentos

por Milton Wells
de Porto Alegre

O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Clóvis Jacobi, disse ontem a este jornal que a medida anunciada segunda-feira pelo CMN irá agora possibilitar a retomada de investimentos do estado em obras públicas, principalmente eletrificação, telefonia rural e mineração. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) será a estatal mais beneficiada: sua dívida é de Cr\$ 727 bilhões. A Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) é a segunda empresa mais endividada, com um débito de Cr\$ 157 bilhões. Ao todo, as estatais gaúchas devem Cr\$ 1 trilhão.

"O estado não terá recursos para esses compromissos", afirmou o secretário, lembrando que a receita do ICM continua a crescer a taxas inferiores às da inflação. Segundo as previsões atuais, São Paulo arrecadará Cr\$ 4,5 trilhões em ICM neste ano. Só o pagamento do funcionalismo deve absorver seguramente muito mais de 70% desse valor. Para que esse limite não fosse ultrapassado, seria preciso conter o próximo reajuste semestral dos servidores em 28%, o que "será impossível".